



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

Gabinete do Alto-Comissário para as Migrações

Despacho n.º 4597/2019

Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários — Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com a Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro — Lei do PREVPAP, bem como o Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio, que veio estabelecer os termos da integração dos trabalhadores da Administração Pública que prestam serviço nos programas operacionais, nos organismos intermédios e no órgão de coordenação dos fundos europeus, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a mestre Maria da Graça Frias Correia, a 1 de março de 2019.

De acordo com o artigo 11.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conjugado com n.º 5 do Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio, é dispensado o período experimental, sendo que, o tempo de serviço prestado no exercício de funções a regularizar, é superior à duração definida para o período experimental da respetiva carreira.

18 de abril de 2019. — O Alto-Comissário para as Migrações, *Pedro Calado*.

312247965

Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

Despacho (extrato) n.º 4598/2019

Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/2007, de 3 de maio, mantido em vigor pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16/2012, de 26 de janeiro, e ao abrigo das competências que me foram subdelegadas pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, através do Despacho n.º 5775/2018, de 30 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2018, exonerado, a seu pedido, João Pedro de Pinho Curinha, com efeitos a 19 de julho de 2018, das funções de técnico de apoio do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), para as quais havia sido nomeado pelo Despacho (extrato) n.º 14555/2012, de 22 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 12 de novembro de 2012.

28 de dezembro de 2018. — O Diretor do CEGER, *Tito Carlos Soares Vieira*.

312265055

Despacho (extrato) n.º 4599/2019

Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/2007, de 3 de maio, mantido em vigor pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16/2012, de 26 de janeiro, e ao abrigo das competências que me foram subdelegadas pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, através do Despacho n.º 5775/2018, de 30 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2018, exonerada, a licenciada Mafalda Reduto Monteiro Catanho Ascensão, com efeitos a 27 de agosto de 2018, das funções de consultora do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), para as quais havia sido nomeada pelo Despacho (extrato) n.º 6235/2012, de 30 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 14 de maio de 2012.

28 de dezembro de 2018. — O Diretor do CEGER, *Tito Carlos Soares Vieira*.

312265136

Despacho (extrato) n.º 4600/2019

Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/2007, de 3 de maio, mantido em vigor pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16/2012, de 26 de janeiro, e ao abrigo das competências que me foram subdelegadas

pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, através do Despacho n.º 5775/2018, de 30 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho de 2018, exonerado, a seu pedido, Hélder Filipe Dias Antão Tomás, com efeitos a 21 de agosto de 2018, das funções de técnico de apoio do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), para as quais havia sido nomeado pelo Despacho (extrato) n.º 7445/2015, de 8 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 7 de julho de 2015.

28 de dezembro de 2018. — O Diretor do CEGER, *Tito Carlos Soares Vieira*.

312265185

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Aviso (extrato) n.º 7828/2019

Nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de pessoal docente do ensino português no estrangeiro, para o cargo de professor, compreendendo os níveis da educação pré-escolar, do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do ensino secundário, aberto pelo Aviso n.º 17774/2018 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 3 de dezembro de 2018, que, para cumprimento do disposto no ponto 4 do Capítulo XIII do Aviso se encontra afixada nas instalações da sede do Camões, I. P., das coordenações de ensino e das embaixadas e ou consulados de Portugal nos países a que o procedimento concursal respeita e divulgada na página da internet em www.instituto-camoes.pt, a lista ordenada, por ordem alfabética, dos resultados do método de seleção prova de conhecimentos.

22 de abril de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Faro Ramos*.

312247502

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E JUSTIÇA

Gabinetes da Ministra da Justiça e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 4601/2019

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 281.º e artigo 283.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, é concedida, pela Ministra da Justiça e pela Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, ao abrigo da competência delegada por Despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, n.º 8134/2017, de 23 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional — NATO (*North Atlantic Treaty Organization*) — ao especialista adjunto de Telecomunicações do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, Licenciado Armando Nuno Marques e Silva Coelho, por um período de 3 anos, com início a 3 de junho de 2019.

24 de abril de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*. — A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, *Ana Paula Baptista Grade Zacarias*.

312258413

FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4602/2019

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP) é uma entidade independente,